

CARTA DA PRÉ-COP 30 SUL
18 a 20 de julho de 2025, Governador Celso Ramos / SC, Brasil

“A Justiça ambiental tornou-se uma necessidade urgente que ultrapassa a mera proteção ao meio ambiente” Papa Leão XIV

Inspiradas/os no chamado do Papa Francisco para a defesa da justiça climática e o cuidado com a Casa Comum, 120 representantes das dioceses, pastorais sociais, movimentos populares e entidades da Macrorregião Sul, reunimo-nos na Casa de Encontro Divino Oleiro, no município de Governador Celso Ramos, em Santa Catarina. Nos dias 18, 19 e 20 de julho de 2025, refletimos sobre a dura realidade de nossa região, extremamente impactada pelas consequências da Emergência Climática e ainda sobre os efeitos da enchente que atingiu 95% do estado gaúcho.

Mesmo reconhecendo os limites de participação e incidência efetiva da COP 30 sobre a grave realidade da Emergência Climática Global, entendemos este encontro, principalmente, como espaço de partilha e de articulação para orientar nossa ação coletiva nesta importante região do país, onde situam-se os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Com apoio de especialistas no assunto que nos subsidiaram com os dados usados nesta carta; com o olhar global que nos aporta o documento *“Um apelo por justiça climática e a Casa Comum: conversão ecológica, transformação e resistência às falsas soluções”*, elaborado pelas Igrejas do Sul Global para a COP 30, e com a partilha de nossas realidades, vivências e percepções sobre a Emergência Climática, construímos as propostas e compromissos que apresentamos a seguir.

BIOMAS, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E PROTEÇÃO AOS DEFENSORES DO MEIO AMBIENTE:

Nossa região convive com dois biomas importantes: a Mata Atlântica que se estende por grande parte do território nacional e o Pampa, bioma comumente invisibilizado. Ocupando quase 30% do território gaúcho é um dos biomas mais destruídos do Brasil, sofrendo com a mineração, desmatamentos, expansão das monoculturas, degradação do campo nativo. Já a Mata Atlântica sofre com a expansão imobiliária, as queimadas, o desmatamento, a mineração, e a extração da madeira para a produção de carvão e celulose, sendo o estado do Paraná o terceiro que mais desmata este bioma. As mudanças climáticas têm afetado duramente nossa região. Precisamos, portanto, defender os biomas e ecossistemas de nossos territórios, avançando no conhecimento sobre suas potencialidades, em diálogo com as comunidades locais. É necessário identificar e denunciar o quão predatório é o sistema capitalista nestes biomas. Neste sentido também é urgente a adesão do Brasil ao Acordo de Escazú para proteção dos defensores ambientais. Também referendamos a proposta de criação de um “Sistema único de saúde ambiental” – SUSA, para integrar políticas e órgãos ambientais com presença em todo o território nacional.

CRISE HÍDRICA E SANEAMENTO BÁSICO

As bacias hidrográficas de nossa região estão extremamente poluídas. Somente em território gaúcho estão três dos rios mais poluídos do país. Já o rio Iguazu, no Paraná, é o segundo mais poluído do Brasil e, Santa Catarina destaca-se no ranking mundial com a maior quantidade de rios poluídos. Entre outras razões, estes rios estão nesta condição porque o sul do Brasil sozinho utiliza

23% de todo agrotóxico consumido no país. Em rios da região foram encontrados inúmeros tipos de agrotóxicos em níveis alarmantes. Já em relação ao saneamento básico, mais da metade da população nesta região não tem acesso à coleta de esgoto o que além de impactar diretamente às condições de vida da população e acesso à água potável, incidem significativamente sobre o meio ambiente. Diante destes desafios faz-se necessário nossa atuação sistemática nos espaços públicos de participação popular – conselhos, comitês, conferências – especialmente os Conselhos Municipais e Estaduais de nos Comitê de Bacias Hidrográficas.

CONVERSÃO ECOLÓGICA

A Igreja Católica no Brasil, historicamente, percorreu um longo itinerário na defesa da vida do planeta, das pessoas e comunidades mais vulneráveis. No entanto, nos últimos tempos cresceu a reação de grupos e movimentos católicos que colocam suspeitas sobre as proposições da ecologia integral, como se fossem estranhas à espiritualidade cristã e à doutrina da igreja. Propomos desencadear caminhos de formação e celebração nas comunidades, ressignificando os paradigmas da teologia da criação, dialogando com a cosmovisões de outras tradições religiosas, a fim de superar o antropocentrismo e restaurar a dignidade da natureza como sujeita de direitos e protagonista nas relações de cuidado e reverência: “a gente cuida da terra e a terra cuida da gente”. Também faz-se necessário recuperarmos a prática de leitura crítica da realidade, como instrumento fundamental para iluminar a ação pastoral. Pessoal e institucionalmente estamos desafiados a uma mudança cultural, fortalecendo práticas sustentáveis concretas e assumir a simplicidade como estilo de vida, ou seja, viver com o necessário para que ninguém passe necessidade. A Igreja deve incentivar e apoiar com clareza as práticas de agricultura familiar, agroecologia e agrofloresta, como alternativas sustentáveis e justas para os territórios e suas populações.

SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO, DEFESA DA DEMOCRACIA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nos últimos dez anos o poder legislativo vem ganhando protagonismo na distribuição de recursos públicos orçamentários, através das emendas parlamentares. Esta prática corrompe o sistema político, fragiliza o poder executivo e a democracia em nosso país. Esta prática também resulta especialmente na redução de recursos para as políticas públicas de saúde, educação, defesa do meio ambiente, assistência social. As emendas parlamentares são usadas como moeda de troca, com fins eleitoreiros. Esta inversão fragiliza também a participação popular, nos conselhos paritários e de direitos que, quando existentes, são meramente de caráter “consultivos”, sem poder real de controle social. Que nossa Igreja assuma postura profética e ética, pautando este debate em todos os espaços possíveis para a reversão desta prática. Também é necessário retomar a formação de conselheiros com visão crítica para enfrentamento desta realidade. Denunciamos que este sistema político tem levado à aprovação de legislações de morte, tanto nacionais como locais, como por exemplo a PL 2159/2021, conhecida como o “PL da Devastação”.

JUSTA DISTRIBUIÇÃO DA TERRA, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

No Brasil, qualquer processo de transformação passa, necessariamente, pela reforma agrária, por mudanças nas formas de ocupar e cultivar a terra e pelo reconhecimento dos direitos constitucionais dos povos e comunidades tradicionais. Apenas 0,7% da área total dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná são ocupadas por terras indígenas. A demarcação e proteção destas terras, bem como o reconhecimento e proteção dos territórios quilombolas, pesqueiros, constitui-se em um verdadeiro imperativo ético que, além de garantir os direitos fundamentais aos povos originários e promover a justiça socioambiental, representa um dos

mecanismos mais eficazes no enfrentamento à emergência climática. Sendo assim, tais demarcações favorecem o conjunto da sociedade, uma vez que garantem a vida desta diversidade de povos e territórios, a vida da Natureza em suas diferentes formas e a vida da Mãe Terra. Por isso, repudiamos as condições de vulnerabilidade em que vivem os povos indígenas do Rio Grande do Sul. Os mesmos vivem em espaços precários, com águas contaminadas ou resistindo nas margens de rodovias enquanto aguardam a demarcação dos seus territórios tradicionais. Repudiamos o PDL 717/24 que suspende as demarcações das terras indígenas Morro dos Cavalos e Toldo Imbu, ambas em SC e pedimos a extinção da Lei 14.701/23 que retira direitos constitucionais dos povos indígenas. Repudiamos o gritante contexto de violência sofrido pelos Avá Guarani do oeste do Paraná que vivem em lugares improvisados, degradados, contaminados por agrotóxicos, sendo perseguidos, discriminados e mortos por quererem simplesmente viver na terra ancestral e manter seu modo de vida.

SOLIDARIEDADE ORGANIZADA E PROTAGONISMO DO POVO

As recentes tragédias climáticas têm demonstrado um forte potencial de solidariedade entre as pessoas. Desafia-nos a ampliação da consciência, tanto das pessoas atingidas quanto das que praticam a solidariedade, sobre a realidade de emergência climática do planeta. Desafia-nos também passar de uma solidariedade eventual para uma solidariedade permanente, pois permanentes são as consequências dos eventos climáticos. Desafia-nos, principalmente, impulsionar processos organizativos das populações impactadas pelos eventos climáticos, para que sejam protagonistas na defesa de seus direitos.

ARTICULAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INCIDÊNCIA

Esta Pre-COP 30 Sul trouxe muitos desafios e sinais de esperança. Pensando em uma ação mais articulada desta macrorregião queremos fortalecer a Rede Platina como espaço permanente de articulação, formação e incidência política; sugerimos também a criação de um observatório macrorregional do clima, que reúna diferentes atores como comunidade científica, sociedade civil e igrejas, para produção de conhecimentos que promovam a prevenção, a recuperação e a mitigação dos eventos climáticos extremos e seus impactos; também sugerimos investir em iniciativas culturais, como cinema, música, teatro, e nos meios de comunicação social, como forma de combater o negacionismo, informar e comunicar corretamente o contexto e desafios da Emergência Climática.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, 20 de julho de 2025.

Pre-COP 30 Sul